

OAB-BA quer que TJ deixe de pagar auxílio-moradia a magistrados

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O presidente da seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA), Fabrício de Castro Oliveira, cobrou, ontem, que o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) deixe de pagar o auxílio-moradia para juizes e desembargadores. Como mostrou a **Tribuna** na semana passada, a Corte permanece pagando o benefício após quase oito meses depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) mandar suspender o auxílio-moradia para todos os integrantes do Judiciário, Ministério Público, defensorias públicas e

tribunais de contas.

Na Bahia, estima-se que mais de 500 magistrados da primeira e segunda instâncias recebam o auxílio-moradia, que pode chegar até R\$ 4,3 mil. O benefício acabou, no país inteiro, após um acordo, no final do ano passado, entre a Suprema Corte e o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB) para garantir o reajuste dos salários dos ministros. Após a suspensão do STF, o CNJ aprovou uma resolução sobre o pagamento. “Eu acho um equívoco (o TJ-BA manter o auxílio-moradia). Todos os magistrados, todos membros do Ministério Público têm o direito de receber o aumento. Espero que tenham a renuneração adequada e que seja feita dentro da lei.

O CNJ já tem uma regulamentação sobre auxílio-moradia e o TJ precisa cumprir. Espero que isso aconteça nos termos da resolução”, declarou Fabrício, em entrevista à **Tribuna**.

A nova resolução do Conselho determina que o pagamento do auxílio-moradia, de natureza temporária, fique restrito aos casos em que o magistrado se encontra exercendo suas atribuições em uma localidade diversa de sua comarca original – o que acontece, por exemplo, no caso de um juiz substituto ser designado a atuar em outra cidade. O valor do auxílio-moradia seria revisado anualmente pelo CNJ. Na época da suspensão, o ministro do STF, Luiz Fux,



FABRÍCIO DE CASTRO cobrou, ontem, que o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) deixe de pagar o auxílio-moradia para juizes e desembargadores

afirmou que o descumprimento da extinção do benefício poderia levar a processos por improbidade administrativa.

Fabrício não descartou a possibilidade de OAB-BA tomar alguma medida contra o TJ-BA “Estamos aguardando, vamos observar e levar o assunto ao Conselho da Ordem”,

pontuou. Em nota enviada à **Tribuna**, o TJ-BA limitou a dizer que o STF autorizava a manutenção do auxílio até a implementação do reajuste constitucional, o que ainda não aconteceu na Bahia. A Corte baiana, porém, não informou quando pretende implantar o reajuste, e quais as justificativas para ainda não ter inserido.

Segundo apurou a **Tribuna**, há duas razões para o tribunal não reajustar o salário dos juizes e desembargadores, e manter o auxílio-moradia. A primeira é de que, se fosse dado o aumento de 16,38% no salário dos integrantes do TJ-BA, haveria um estouro no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A reportagem, Fabrício também falou sobre a declaração do governador da Bahia, Rui Costa (PT), que defendeu que o TJ-BA pague a servidores e magistrados aposentados. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal para que os inativos sejam remunerados pelo Estado. “Espero que o governador tenha sensibilidade com os jurisdicionados, com a sociedade, a advocacia. O Judiciário baiano vive uma crise sem proporções, com comarcas fechando, sem servidores. É um problema também do governador. Acho que o governador poderia contribuir com essa discussão. Não basta criticar. É preciso que ele contribua. A Bahia não pode ficar com nessa situação”, afirmou o chefe da OAB-BA.

SALVADOR

Oposição tenta adiar votação do ISS na Câmara

Foto: Antonio Queirós



A **CÂMARA** de Salvador volta a debater hoje o Projeto de Lei que concede isenção do ISS às empresas de ônibus da capital baiana

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador volta a debater hoje o Projeto de Lei nº 133/19, que concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) às empresas de ônibus. A discussão, no Centro de Cultura, será conduzida pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (SD). Foram convidados a promotora de Justiça Rita Tourinho, o secretário municipal de Mobilidade, Fábio Mota, e o presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal), Almir Melo Jr.

O líder da bancada de oposição, Sidninho (Podemos), garantiu que a isenção não será votada nesta semana. O grupo

pedirá vista da matéria na reunião conjunta de comissões, marcada para hoje. A expectativa é que a Casa levasse a votação ao Plenário já amanhã. O sentimento nesse momento é de união. A bancada de oposição vai se reunir na quarta-feira para discutir esse projeto. “Amanhã estaremos com a representante do Ministério Público, que fez parte do TAC, para ouvi-la e colher provas. Tudo o que o Executivo vem fazendo, em colocar a população contra a gente, em falar sobre esses equipamentos que ainda não chegaram, tudo o que isso está sendo construindo contra os vereadores, estamos colhendo as provas e se debruçando sobre o projeto para votar unidade”, declarou.

“Hoje vamos ter que sentar para ver os números, para discutir. Se fala

em uma votação quarta-feira. Lhe garanto que não será votada essa semana. A gente tem membros nas comissões e vai pedir vista desse projeto. Entendo que a gente tem que votar junto. Não sei se a gente vai estar votando no momento essa emenda. É o momento de nos unirmos, a Casa como um todo. A gente encontrou força do lado da base para que a oposição possa realmente buscar e entender o porque dessa isenção para votar. A questão está fechada”.

Indagado sobre a fala do prefeito ACM Neto (DEM) no sentido de ampliar o diálogo entre prefeitura e oposição, Sidninho afirma que não recebeu nenhuma sinalização do Palácio Thomé de Souza nesse sentido. “Não estou vendo diálogo por parte do Executivo com a oposição. Se está sendo

discutido, é unilateral. A recíproca não existe. A oposição está reduzida por conta do bloco independente de oposição. Então, tenho certeza que nenhum de nós está dialogando”.

O preço da passagem de ônibus em Salvador, atualmente, é de R\$ 4. A isenção do ISS impedirá o aumento da passagem em R\$ 0,12, passando para R\$ 4,12. O projeto de lei que versa sobre a isenção do ISS foi enviado à Câmara após a prefeitura firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado da Bahia e as concessionárias de ônibus para manter o valor em R\$4 antes da votação do projeto. No dia 15 de julho, a Câmara realizou um debate sobre Projeto de Lei nº 133/19 com as presenças de Fábio Mota e Almir Melo Jr.

Solla rebate Maia e diz que o baiano” pune quem retira direitos do povo”

Depois de o deputado federal Arthur Maia (DEM) afirmar que a tendência é o PT diminuir e os partidos de direita crescerem na eleição de 2020, em entrevista à **Tribuna** publicada ontem, o parlamentar federal Jorge Solla (PT) disse que quem retira “direito do povo brasileiro” é “punido nas urnas”. O petista se refere ao fato de o democrata ter votado a favor da reforma da Previdência no primeiro turno.

“Aqui na Bahia, na última eleição, os deputados que relataram ou votaram em matérias que tiraram o direito do povo brasileiro foram

punidos nas urnas. Ou perderam a eleição, ou tiveram sua votação reduzida, mesmo tendo sido recompensado com muitos milhões de reais em emendas pelo governo Temer. Por outro lado, os deputados de partidos de esquerda, que lutaram pela população, todos ampliaram a votação. Agora novamente quem votou contra os direitos do povo na reforma da Previdência recebeu R\$ 40 milhões em emendas na tentativa de compensar o desgaste eleitoral de vender seu voto. Só que o povo não se vende mais por uma borra de asfalto”, declarou Solla.

À **Tribuna**, o petista também defendeu o governador Rui Costa (PT) após Maia afirmar que o governo do petista “é um gigolô das obras federais”. “O governo Bolsonaro deve R\$ 520 milhões ao governo da Bahia, repasses de convênios, obras em parceria que contavam com recursos federais e estaduais, mas o governo federal que persegue o Nordeste não cumpriu com sua parte. Graças à organização financeira do governo Rui, foi possível, com muito esforço, concluir as obras com recursos exclusivamente do estado. Obras como o metrô



JORGE SOLLÁ disse que quem retira “direito do povo brasileiro” é “punido nas urnas”

de Salvador, encostas, a via 29 de Março. Se o nobre deputado quiser ajudar os baianos que lhe elegeram, peço que trabalhe para que o governo pague o que deve

ao nosso povo”, ressaltou.

Na entrevista, Maia fez algumas ressalvas ao governo Bolsonaro (PSL), mas ponderou que o presidente “começa a amadurecer”. “A

única coisa que amadurece em Bolsonaro é seu autoritarismo, diariamente toma decisões antidemocráticas porque sabe que as instituições vão reagir, e é isso que ele quer, que reajam, para que esse clima de acirramento mantenha sua tropa mobilizada contra a democracia. Ameaça prender jornalista que denuncia o governo, nomear filho pra embaixador, num nepotismo explícito, demite dirigentes para manipular dados oficiais relacionados ao desmatamento, debocha da família de um assassinado pelo regime militar. Aos olhos do planeta, já viramos a Venezuela que essa direita dizia querer combater”, rebateu Solla.

Episódio com hacker interrompe projeto de Manuela D’Ávila

PEDRO VENCESLAU E
RICARDO GALHARDO
ESTADÃO CONTEÚDO

Após a revelação, no fim de julho, de que a ex-deputada Manuela D’Ávila (RS) foi a ponte entre o hacker que violou telefones de centenas de pessoas, entre elas autoridades dos três Poderes, e o site The Intercept Brasil, a direção do PCdoB interrompeu, pelo menos temporariamente, a estratégia pensada para ela aproveitar a grande exposição obtida pela candidatura à Vice-Presidência na eleição do ano passado para consolidá-la como um nome forte do partido para 2020. O episódio, no entanto, obri-

gou a ex-deputada a se recolher. Na última semana, Manuela parou de dar entrevistas e de interagir no aplicativo WhatsApp. Ela se impôs uma espécie de autoexílio na Escócia, onde faz curso de inglês, ao lado do marido e da filha. Seus advogados, José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça, e Alberto Toron, também têm fugido dos microfones. A ideia é evitar que a ex-deputada vire protagonista do caso conhecido como “Vaza Jato” e que seu papel fique circunscrito ao que foi divulgado até agora: o de apenas intermediária entre o hacker Walter Delgatti Neto, o Vermelho, e o jornalista Glenn Greenwald. No entor-

no de Manuela a ordem é protegê-la de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, que tentam usar o episódio para transformá-la no vínculo entre o hacker e o PT de Fernando Haddad, de quem ela foi candidata a vice na eleição presidencial do ano passado. Depois da eleição, a única missão partidária de Manuela foi se man-

ter em evidência por meio de uma agenda que misturava feminismo, maternidade e combate às fake news - assunto que ganhou destaque na última disputa presidencial. No início do ano, o PCdoB chegou a cogitar que ela transferisse o título para São Paulo a fim de se lançar candidata à Prefeitura da maior cidade do país.

✚ **JACIRA FONSECA DE GÓES CARVALHO**
AVISO DE FALECIMENTO

Familiares de JACIRA FONSECA DE GÓES CARVALHO, consternados com o seu falecimento na data de ontem, convidam para o sepultamento nesta terça-feira, às 11 horas, no Jardim da Saudade.



A **DIREÇÃO** do PCdoB interrompeu, pelo menos temporariamente, a estratégia pensada para Manuela D’Ávila aproveitar a grande exposição obtida pela candidatura à vice-presidência